



# O acompanhamento de egressos na política de avaliação institucional da educação superior brasileira: efeitos na definição das políticas acadêmicas de universidades

El acompañamiento de egresados en la política de evaluación institucional de la educación superior brasileña: efectos en la definición de las políticas académicas de universidades

The follow-up of graduates in the policy of institutional evaluation of Brazilian higher education: effects on the definition of universities academic policies

HAAS, Celia Maria<sup>1</sup> y BUTTROS, Viviane Lorena<sup>2</sup>

Haas, C. y Buttros, V. (2017). O acompanhamento de egressos na política de avaliação institucional da educação superior brasileira: efeitos na definição das políticas acadêmicas de universidades. *RELAPAE* (7), pp 106-119.

## Resumo

A pesquisa intitulada *O acompanhamento de egressos da educação superior como critério de avaliação institucional do SINAES: um estudo exploratório* é a origem deste artigo e seu objetivo foi analisar os indicadores do instrumento de avaliação institucional do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) brasileira relativos a egressos e seus possíveis efeitos nas políticas institucionais das universidades. A pesquisa se caracteriza como qualitativa de caráter descritivo-exploratório e foi dividida em dois momentos consecutivos, no primeiro momento foi realizada uma aproximação aos documentos legais, e, no segundo, utilizou-se de entrevistas como instrumento de coleta de dados, com a finalidade de complementar as análises realizadas atendendo aos objetivos específicos propostos. O conjunto de instituições participantes da pesquisa se constituiu a partir dos dirigentes responsáveis pela política institucional de acompanhamento de egressos nas universidades com sede na cidade de São Paulo e que responderam positivamente ao convite enviado por via eletrônica. A taxa de aceitação dos convites com as devidas respostas foi de 23%, o que permitiu tecer considerações que respondessem aos objetivos propostos. Os dados obtidos nas entrevistas com estes dirigentes revelaram, entre outros achados, a importância atribuída pelos dirigentes ao acompanhamento de egressos na avaliação, sem, contudo, a institucionalização de políticas efetivas em resposta à exigência do novo instrumento de avaliação institucional do Sinaes. O contato com os alunos e a atualização cadastral foram apontados como limitações das ações das universidades. Por fim, considerou-se possível admitir que há reais efeitos dos indicadores e seus critérios de avaliação nas políticas e ações de instituições, condicionando as definições de políticas institucionais.

**Palavras-chave:** egressos/ avaliação institucional/ políticas acadêmicas/ educação superior/ SINAES.

## Abstract

The research “The monitoring of graduates of higher education as a criterion of institutional evaluation of SINAES: an exploratory study” is the origin of this article and its objective was to analyze the indicators of the instrument of institutional evaluation of the Brazilian National System of Evaluation of Higher Education (SINAES), concerning to graduates and their possible effects on the institutional policies of universities. The research is characterized as qualitative in a descriptive-exploratory

<sup>1</sup> Universidade Cidade De São Paulo – UNICID / [celiahaas1@gmail.com](mailto:celiahaas1@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Cidade De São Paulo – UNICID / [vlorenab@gmail.com](mailto:vlorenab@gmail.com)

character and was divided into two consecutive moments, in the first moment an approximation to the legal documents was made, and, in the second one, interviews were used as a data collection instrument, with the purpose of complementing the analyzes performed in view of the specific objectives proposed. The set of institutions participating in the research was constituted from the leaders responsible for the institutional policy of followers of graduates from the universities based in the city of São Paulo and who responded positively to the invitation sent by electronic means. The acceptance rate of the invitations with the appropriate responses was 23%, which allowed us to make considerations that would meet the proposed objectives. The data obtained in the interviews with these leaders revealed, among other findings, the importance attributed by the leaders to the monitoring of graduates in the evaluation, without, however, the institutionalization of effective policies in response to the requirement of the new institutional evaluation tool of Sinaes. The contact with the students and the registration update were pointed out as limitations of the actions of the universities. Finally, it was considered possible to admit that there are real effects of the indicators and their evaluation criteria in the policies and actions of institutions, conditioning the definitions of institutional policies.

**Keywords:** graduates/ Institutional evaluation/ Academic policies/ college education/ SINAES.

## Resumen

La investigación “El acompañamiento de egresados de la educación superior como criterio de evaluación institucional del SINAES: un estudio exploratorio” es el origen de este artículo y su objetivo fue analizar los indicadores del instrumento de evaluación institucional del Sistema Nacional de Evaluación de la Educación Superior (SINAES) brasileña sobre los egresados y sus posibles efectos en las políticas institucionales de las universidades. La investigación se caracteriza como cualitativa de carácter descriptivo-exploratorio y se dividió en dos momentos consecutivos, en el primer momento se realizó una aproximación a los documentos legales, y, en el segundo, se utilizaron entrevistas como instrumento de recolección de datos, con la finalidad de complementar los análisis realizados atendiendo a los objetivos específicos propuestos. El conjunto de instituciones participantes de la investigación se constituyó a partir de los dirigentes responsables de la política institucional de acompañamiento de egresados en las universidades con sede en la ciudad de São Paulo y que respondieron positivamente a la invitación enviada por vía electrónica. La tasa de aceptación de las invitaciones con las debidas respuestas fue del 23%, lo que permitió tejer consideraciones que respondieran a los objetivos propuestos. Los datos obtenidos en las entrevistas con estos dirigentes revelaron, entre otros hallazgos, la importancia atribuida por los dirigentes al acompañamiento de egresados en la evaluación, sin, sin embargo, la institucionalización de políticas efectivas en respuesta a la exigencia del nuevo instrumento de evaluación institucional del Sinaes. El contacto con los alumnos y la actualización de los registros académicos de los alumnos egresados fueron apuntados como limitaciones de las acciones de las universidades. Por último, se consideró posible admitir que existen reales efectos de los indicadores y sus criterios de evaluación en las políticas y acciones de instituciones, condicionando las definiciones de políticas institucionales.

**Palabras clave:** egresados/ Evaluación institucional/ Políticas académicas/ educación universitaria/ SINAES.

## Introdução

A investigação principal intitulada “O acompanhamento de egressos da educação superior como critério de avaliação institucional do SINAES: um estudo exploratório”, que deu origem a este artigo, teve como objetivo geral analisar os indicadores relacionados ao acompanhamento de egressos presentes no instrumento de avaliação institucional externa do SINAES e seus possíveis efeitos na definição das respectivas políticas acadêmicas de universidades. O projeto de pesquisa previa, entre outras etapas, ouvir os dirigentes das universidades com sede na cidade de São Paulo.

Desta forma, este artigo traz considerações a respeito de políticas e ações de acompanhamento de egressos de universidades e sua relação com os critérios definidos para os indicadores relativos a egressos no instrumento de avaliação institucional do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

## Política de Avaliação da Educação Superior

O tema avaliação tem ganhado centralidade no âmbito das políticas públicas na área de educação, especialmente nas duas últimas décadas. Este é um movimento internacional e diz respeito, principalmente, à mudança do papel dos Estados em função da globalização da economia e redução das fronteiras entre países (Afonso, 2013; Ball, 2001; Barreyro & Rothen, 2011; Dale, 2004 & Weber, 2010). Assim, “de uma forma muito crítica, neste contexto, todos os quadros regulatórios nacionais são agora, em maior ou menor medida, moldados e delimitados por forças supranacionais, assim como por forças político-econômicas nacionais” (Dale, 2004, p. 441).

Faz-se necessário mencionar estas forças pois elas ditam tendências de reformas em diversos setores da economia dos países e assim, se relacionam com a definição de políticas. No caso específico deste estudo, as políticas de avaliação da educação superior estão inseridas no contexto dos quadros regulatórios nacionais e internacionais. Para Dias Sobrinho (2002, p.21) “não é possível estudar ou entender as tendências da educação superior, sem compreender as perspectivas e práticas da avaliação”. Isto porque, a partir dos anos de 1990, as políticas nacionais e internacionais estão muito centradas na avaliação e esta, por sua vez, diretamente ligadas às reformas deste nível de ensino.

No cenário de reformas ligadas às mudanças socioeconômicas, “a avaliação cumpre um papel central nas políticas que visam transformar os sistemas de educação superior e tornar as instituições mais úteis e ligadas aos interesses e demandas do setor produtivo e do mundo do trabalho” (Dias Sobrinho, 2002, p. 21). No Brasil, como país periférico, as discussões seguem a mesma linha de pensamento e de implantação das políticas, não significando a simples transposição de políticas, mas, como denominou Ball (2001), existe uma “convergência de paradigmas” – a invocação de políticas com uma base de princípios e tecnologias comuns, mecanismos operacionais idênticos e efeitos de primeira e segunda ordem semelhantes”, o que significa considerar que apesar de partirem de momentos e níveis de desenvolvimento diferentes, existe um pensamento e uma lógica dominante determinados por uma economia global (p. 112).

O atual Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES foi instituído pela Lei nº 10.861, em de 14 de abril de 2004 e compõe este quadro de reformas que a educação superior vem sofrendo em diversos países. Seu objetivo é “assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” (Lei Federal n. 10.861, 2004). É um sistema que contempla tanto o processo de regulação como de supervisão da educação superior. É um sistema complexo e que cumpre múltiplas funções.

Destacando desta complexidade as finalidades da avaliação institucional, Ribeiro assume que é possível classificá-la em dois grandes grupos:

- a) os modelos educativos, ou formativos, cuja principal finalidade é desenvolver e aprimorar a qualidade do trabalho produzido pela instituição avaliada. Este modelo é caracterizado pela ênfase na análise qualitativa e incentiva o envolvimento de todos os segmentos da instituição na construção e execução do processo, portanto é participativo e mais democrático;
- b) os modelos regulatórios, cuja principal finalidade é garantir o cumprimento das regras de funcionamento preestabelecidas para o sistema, garantindo, conseqüentemente, o nível de qualidade do trabalho das instituições avaliadas. O modelo tem, como principal característica, a ênfase na análise quantitativa, sendo tecnocrático e centralizador. (Ribeiro, 2015, p.148-149).

Estes dois tipos de avaliação, classificados segundo sua finalidade, são os principais fundamentos da atual política avaliativa da educação superior brasileira. Desde sua concepção, passando por sua implantação e justificada a cada modificação, como se abordará a seguir. O grande desafio é fazer estas finalidades, aparentemente contraditórias, se conversarem e se complementarem atendendo aos diversos interesses presentes neste processo político.

A complexidade da articulação de concepções, instrumentos, procedimentos, cedeu lugar à facilidade da implantação de índices e rankings. “Muitos dos aspectos dos SINAES foram considerados pelo INEP de difícil operacionalização e demasiadamente subjetivos para caber em escalas objetivas”. (Dias Sobrinho, 2002, p.215).

Além das questões ligadas à implantação e controle, nota-se que este modelo tende a exercer com maior frequência e intensidade o seu papel regulatório, visto que existem sanções a partir dos resultados obtidos. O que significa que, embora seus instrumentos contemplem aspectos direcionados à formação, desenvolvimento e melhoria da instituição. “A punição pode levar, igualmente, a dados forjados [pelas instituições] e não à verdade”. (Ristoff, 2011, p. 49).

O atual sistema possui, em seus critérios e instrumentos, indicadores qualitativos e quantitativos e, ainda, objetivos e subjetivos. Trata-se de um sistema complexo, com contribuições e contradições, que merece ser estudado, detalhado, explorado nas mais diversas formas e abordagens buscando discutir suas concepções, finalidades sociais, políticas, formativas e regulatórias, bem como, sua viabilidade, aplicabilidade, utilidade, seus atores, possíveis desvios, entre outras dimensões que podem ser abordadas de modo a contribuir para uma meta-avaliação, revisão e aperfeiçoamento.

Observa-se empiricamente, uma tendência das instituições em buscarem um aperfeiçoamento nos processos avaliativos de modo que respondam mais adequadamente aos critérios estabelecidos pela política de avaliação de modo a evitar as possíveis punições que podem ir de suspensão da oferta de vagas até intervenções mais radicais como perda do credenciamento e, por consequência, perda da autorização de funcionamento. A prática das instituições de educação superior (IES) parece se modificar conforme os critérios de avaliação, visto que além da regulação existe a divulgação dos resultados que podem interferir na decisão dos possíveis alunos. Dentro desta lógica, a melhor nota possível não significa necessariamente a melhor qualidade, mas sim a melhor nota diante das decisões tomadas pela instituição no que se refere ao seu posicionamento no mercado, seu investimento, seu ritmo de crescimento, enfim, decisões estratégicas características do aspecto administrativo de instituições e seus mantenedores.

Por este motivo, este trabalho irá abordar a seguir, os aspectos operacionais do SINAES encaminhando a discussão para a avaliação institucional e fazendo o recorte das recentes mudanças ocorridas no instrumento de avaliação externa das instituições nas quais os indicadores relativos a egressos foram redefinidos ganhando maior relevância. E após a discussão teórica, serão apresentados os dados obtidos por meio de entrevistas com universidades a fim de discutir os efeitos destas mudanças na definição das políticas acadêmicas.

## Aspectos operacionais do SINAES

O SINAES está baseado no tripé instituição, curso e estudante. As avaliações destes três componentes são realizadas de forma independente. A avaliação institucional é composta pela auto avaliação, conduzida internamente por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), e a avaliação externa, conduzida por uma comissão de especialistas designada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Para a implantação e execução da Lei, foi necessário desenvolver instrumentos de avaliação para cada um dos objetos de avaliação. A Portaria MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004, regulamentou em seu artigo 4º ser de responsabilidade da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES a definição das diretrizes de avaliação das instituições de educação superior (MEC, 2004), sendo que a operacionalização ficou a cargo do INEP. Foram então definidos os seguintes instrumentos que deveriam ser formulados pelo INEP:

- Instrumento de avaliação institucional externa;
- Instrumento de avaliação dos cursos de graduação;
- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE e questionário

Além destes três instrumentos, também compõem o SINAES o conjunto de dados dos instrumentos de informação: o Censo e o cadastro, cujo preenchimento eletrônico é obrigatório às instituições.

Especificamente ao que diz respeito à avaliação institucional, coube à Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior (Deaes), órgão do INEP, elaborar e implantar o Instrumento de Avaliação Institucional Externa para fins de credenciamento e credenciamento de instituições, conforme Art. 1º e 2º Portaria nº 4, de 13 de janeiro de 2005. E coube ao CONAES elaborar um roteiro de orientações para a elaboração do relatório de auto avaliação. Ambos documentos seguem os mesmos critérios e estão estruturados contemplando os seguintes elementos:

- I. Dimensões são agrupamentos de grandes traços ou características referentes aos aspectos institucionais sobre os quais se emite juízo de valor e que, em seu conjunto, expressam a totalidade da instituição.
- II. Categorias são subdivisões ou aspectos específicos que compõem uma dimensão e que, em conjunto, expressam a situação em que se encontra a instituição com relação a cada dimensão.
- III. Grupo de indicadores é o conjunto de medidas e/ou evidências usadas para caracterizar o estado da categoria.
- IV. Indicadores são evidências concretas (quantitativas ou qualitativas) relativas a cada um dos grupos de indicadores, que de uma forma simples ou complexa caracterizam a realidade dos múltiplos aspectos institucionais que retratam.
- V. Critérios são atributos ou qualidade dos indicadores que permitem avaliar uma categoria. (Portaria, 2005).

Os processos de avaliação institucional: avaliação externa e auto avaliação, são realizados sobre as mesmas dimensões e de forma paralela. Estas dimensões estão definidas pela Lei do SINAES nos incisos do Art. 3º conforme reproduzidas abaixo:

- I. a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II. a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III. a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV. a comunicação com a sociedade;
- V. as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI. organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII. infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII. planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- IX. políticas de atendimento aos estudantes;
- X. sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. (Lei Federal n. 10.861, 2004).

Após definidas estas dimensões em Lei, todos os demais componentes estruturais descritos anteriormente foram discriminados no próprio instrumento. Este fato permite maior flexibilidade para a realização de ajustes, modificações e revisões. Conforme observou Pimenta (2013), este processo de revisão dos instrumentos de avaliação “parece caracterizar o amadurecimento da avaliação na educação superior”, mas também pode levar a equívocos quando são feitas comparações entre os resultados obtidos pelas instituições a cada ciclo avaliativo com base em instrumentos que possuem diferenças entre os vários elementos constitutivos (p. 71).

Na mudança do instrumento de avaliação institucional externa, pela Nota Técnica n.º 08 CGACGIES/DAES/INEP, implantada em 2014, houve alteração nos indicadores relativos a egressos e também qualificou este tema como um dos indutores de qualidade. Com esta revisão, as dez dimensões definidas na Lei foram reorganizadas em eixos:

**Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional:** considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Auto avaliação). Inclui também um Relato Institucional, que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), incluindo os relatórios emanados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), do período que constituiu o objeto de avaliação.

**Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional:** contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

**Eixo 3– Políticas Acadêmicas:** abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

**Eixo 4 – Políticas de Gestão:** compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.

**Eixo 5 – Infraestrutura:** contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES. (Inep, 2013).

Esta alteração consolida em um único instrumento tanto os processos de credenciamento como de Recredenciamento de IES. A diferença entre estes processos de regulação continua se dando, principalmente, pelo peso atribuído a cada um dos eixos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**Quadro 1. Pesos dos eixos conforme ato regulatório**

<b>EIXOS</b>	<b>Credenciamento</b>	<b>Recredenciamento e Credenciamento para Mudança de Organização Acadêmica</b>	<b>Número de Indicadores</b>
Planejamento e Avaliação Institucional	10	10	5
Desenvolvimento Institucional	20	20	9
Políticas Acadêmicas	20	30	13
Políticas de Gestão	20	20	8
Infraestrutura Física	30	20	16
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>51</b>

Fonte/ BRASIL, 2014

O deslocamento e agrupamento de alguns dos indicadores, como é o caso dos egressos, modifica substancialmente o seu papel na avaliação e por consequência na política das instituições. A partir deste momento, o trabalho com egressos assumiu maior importância tanto por seu peso na avaliação quanto por sua classificação como política acadêmica. No antigo instrumento o acompanhamento de egressos pertencia à Política de atendimento ao aluno e a ênfase estava na “criação de oportunidades de formação continuada” e o “conceito referencial mínimo de qualidade” considerava a existência de meios para conhecer a opinião dos egressos, bem como dos empregadores e a existência de programas de formação continuada, conforme item 9.4 (Brasil, 2010).



Após a reformulação, o tema egressos passou a ter dois indicadores, como reproduzido no quadro abaixo com o respectivo critério máximo:

**Quadro 1. Indicadores relativos a egressos e critério máximo de avaliação, vigente a partir de 2014**

Indicador	Critério	Descrição
3.11. Política e ações de acompanhamento dos egressos	5	Quando o plano de ação/ações institucionais previsto/implantado atende de maneira <b>excelente</b> à política de acompanhamento dos egressos.
3.12. Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico	5	Quando as ações previstas/implantadas pela IES para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional é <b>excelente</b> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.

**Fonte/** BRASIL, 2014. Instrumento de avaliação institucional externa. Grifos do autor

O que parece ser uma simples reorganização com um olhar mais atento se revela uma mudança de concepção, da importância atribuída e da pontuação no processo avaliativo. Além disso, o acompanhamento de egressos passou também a ser considerado um dos indutores de qualidade junto com a internacionalização e inovação tecnológica e propriedade intelectual, ou seja, não pode ser desconsiderado

Porém, não basta um indicador estar presente no instrumento de avaliação para que represente uma garantia de qualidade, já que existe a dúvida inclusive “acerca das reais potencialidades da avaliação no sentido de vir a alterar a qualidade deste nível de ensino.” (Sousa & Bruno, 2008, p. 203).

Significa dizer que a qualidade por meio do indicador acompanhamento de egressos só se dá pelo uso que se faz dos resultados obtidos e não pela ação de colher dados em si. O importante, sugerem as pesquisas (Lousada & Martins, 2005; Balzan, 2011), é a utilização destes resultados para rever as práticas da instituição. O acompanhamento do egresso sem a análise das informações coletadas pode se tornar apenas uma tarefa burocrática cumprindo, quando muito, a atividade de regulação exercida pelo Estado. Aqui vale retomar a questão das frequentes alterações dos instrumentos, o que dificulta o aprofundamento dos estudos que poderiam ser realizados, visto que existe um investimento de tempo e outros recursos em um ambiente instável de regulação.

É comum encontrar nos estudos a respeito de egressos relatos a respeito da dificuldade de se manter o contato com alunos já diplomados, registrando um baixo índice de retorno nas tentativas de correspondência, conforme citam Lousada e Martins (2005) que investigaram egressos de cursos de Ciências Contábeis e relataram como “um problema generalizado” a localização do egresso e a “falta de tradição no que se relaciona a estudo de egressos” (p. 78).

As iniciativas de pesquisas com egressos encontrados em bancos de teses e artigos de periódicos, demonstram o reconhecimento da importância de contar com o egresso no processo avaliativo em função da visão mais ampliada que este público consegue ter da instituição que o formou e sua relação com a sociedade e com o mundo do trabalho. Mesmo existindo esta percepção de importância, parece não haver, em igual proporção, a realização de pesquisas que acompanhem os egressos no sentido longitudinal, nem tampouco a relação deste acompanhamento com a discussão da avaliação institucional em si. Outra preocupação encontrada na revisão de literatura foi a de definir conceitualmente o termo egresso, já que os documentos legais não o fazem. Embora seja possível assumir o significado como **alguém que saiu**, no caso específico da educação, a utilização mais comum é egresso como sinônimo de **diplomado, aquele que concluiu um curso**. Para fins deste artigo e como resultado das entrevistas realizadas com dirigentes das universidades que participaram da pesquisa, assumiu-se o significado de diplomado, concluinte.

O conjunto de trabalhos analisados demonstra que há um entendimento de que o acompanhamento de egressos pode gerar informações relevantes para a avaliação da educação superior embora poucos estivessem relacionando egressos ao SINAES.

Assim, embora recente no Brasil, foi possível encontrar informações a respeito da existência de países que já possuem cultura consolidada e possuem larga experiência no desenvolvimento deste tipo de pesquisa, como é o caso dos Estados Unidos, da França, da Grã-Bretanha, da Alemanha e da Itália, todos países desenvolvidos liberais.

Entre seus estudos Paul (2015) destaca o sistema italiano que é organizado por um Consórcio de universidades, com apoio do Ministério da Educação. O fato de ser um estudo independente, conter dados de diferentes atores e contar com o interesse dos envolvidos, faz com que este sistema tenha alta credibilidade entre os pesquisadores e na sociedade. “Essa independência permite que se exponham claramente os problemas crescentes de inserção com os quais os egressos se confrontam.” (p. 317). Esta acaba sendo mais uma finalidade do acompanhamento de egressos que não é intrínseca à instituição em que se formou, mas sim ao contexto social a que ambos estão inseridos. É um caso onde a avaliação institucional serve também como avaliação de políticas públicas.

Para Paul (2015) as pesquisas relacionadas a egressos, no que se refere às questões metodológicas, não poderiam “ser consideradas apenas como um dispositivo para satisfazer as autoridades responsáveis ou responder a um efeito de moda” (p. 321).

Paul (2015) ainda orienta que se evite duas armadilhas:

- a) As iniciativas individuais de IES que lançam estudos a partir de seu próprio questionário, impedindo qualquer possibilidade de comparação dos resultados e;
- b) Um sistema centralizado em que as IES não se sentem participantes. Nesse caso, as taxas de respostas correm o risco de ser mais baixas, e as IES não se apropriarão dos resultados para uso interno (p. 321).

Observando estas duas recomendações, nota-se que o Brasil ainda não está isento destes problemas no sentido de permitir comparações e alcançar alto índice de participação dos egressos. De toda forma, considerou-se importante indicar estes aspectos para apontar um dos possíveis equívocos do SINAES que é o fato de ter uma avaliação com dificuldades para generalizações e comparações embora estas sejam feitas e divulgadas.

## O acompanhamento de egressos em universidades paulistanas

A pesquisa realizada com dirigentes responsáveis pela política de egressos em universidades com sede na cidade de São Paulo, se caracterizou como uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa que, conforme definem Bogdan e Biklen (1991) têm como objetivo “investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. [...] privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação [...]” (p. 16).

Após a realização de pesquisa documental e revisão de literatura, foi conduzida pesquisa de campo utilizando como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas compostas por questões abertas com os dirigentes de instituições de educação superior. As entrevistas foram realizadas eletronicamente conforme a opção de cada um dos dirigentes participantes. Denominou-se dirigente, para os fins desta pesquisa, os responsáveis pelas políticas de egressos das IES. No sentido de delimitar o campo, foram convidados dirigentes de universidades com sede na cidade de São Paulo, exceto as universidades estaduais e municipais por não pertencerem ao sistema federal de ensino e, que por este motivo não são obrigadas a participarem das avaliações institucionais do SINAES.

Das 13 instituições convidadas 3 participaram enviando as respostas dentro do cronograma estabelecido, totalizando 23% de participação. As instituições participantes estão caracterizadas no quadro a seguir, sem nomes ou siglas, respeitando o compromisso de sigilo assumido pela pesquisadora quanto à identificação da instituição e do respectivo dirigente. A ordem em que são apresentadas se refere à cronologia de recebimento das suas respostas e não possui caráter classificatório ou de importância.



## Quadro 2. Caracterização das universidades participantes da pesquisa

Dados E-Mec	Universidade Alfa	Universidade Beta	Universidade Gama	
Ano do credenciamento	1993	1952	1972	
Organização administrativa	privada com fins lucrativos	privada sem fins lucrativos / confessional	privada com fins lucrativos	
<b>Dados do censo 2014</b>				<b>Total</b>
Cursos graduação presenciais	116	49	73	<b>238</b>
Matrículas presenciais	7822	18325	5877	<b>32024</b>
Funcionários técnico-administrativos	514	1730	487	<b>2731</b>
Docentes em exercício	459	1297	416	<b>2172</b>

Fontes/ Sistema E-Mec e Censo da Educação Superior 2014.

## Organização e análise de dados

As entrevistas seguiram um roteiro pré-definido com questões abertas, sem necessidade de adaptações ou mesmo transcrições, uma vez que as respostas foram enviadas por escrito e por meio eletrônico pelos dirigentes participantes da pesquisa. Definiu-se como categorias de análise das entrevistas: Ações relativas a egressos; Utilização dos resultados do acompanhamento de egressos; Limitações vivenciadas na realização do trabalho com egressos; Contribuições que o acompanhamento de egressos trouxe à gestão acadêmica; e Visão dos dirigentes acerca dos indicadores relacionados a egressos no instrumento de avaliação institucional.

Para organização e análise dos dados recebidos, utilizamos a mesma identificação já definida na descrição das instituições, visando preservar a identidade institucional permitindo, porém, a relação entre as características e as respostas.

No que se refere ao conceito de egresso utilizado para a concepção das políticas e ações das instituições ouvidas, é possível inferir que estas instituições consideram que os egressos que devem ser acompanhados são aqueles diplomados e não todos os alunos que deixaram a universidade, como os desistentes, transferidos e jubilados.

As ações conduzidas pelas universidades consultadas estão agrupadas no quadro abaixo

## Quadro 3. Ações relativas a egressos, conforme resposta dos dirigentes

Ações	Universidades		
	Alfa	Beta	Gama
Concessão de benefícios de incentivo à educação continuada			
Realização de evento comemorativo			
Contratação de egressos como colaboradores e professores			
Pesquisa sobre atuação profissional e condição socioeconômica			
Acesso a serviços de apoio (bibliotecas, clínicas, informativos, revistas, etc...)			
Portal			
Convite para participação em eventos			
Envio de material institucional			
Interação (encontro) entre egressos e alunos			
Cadastro ou sistema específico para relacionamento com egressos			
Divulgação das conquistas profissionais dos egressos			

Fonte/ elaborado a partir dos dados coletados nas entrevistas

Na descrição destes dirigentes, foi possível constatar que um dos objetivos se refere à oferta de educação continuada. Tal resposta ratifica a opção administrativa das 3 universidades, visto que são instituições particulares sendo 2 delas com finalidade lucrativa. Além disso, estas ações voltadas para a educação continuada atendem à exigência do antigo instrumento de avaliação institucional do SINAES, o que pode significar que houve um esforço na direção de cumprir a indicação legal, mas também que as mudanças ocorridas no instrumento ainda não foram absorvidas. O acompanhamento do egresso em seu ambiente socioeconômico, indicador 3.11 do atual instrumento de avaliação institucional, não foi identificado como uma ação sistêmica e completa. As iniciativas mais próximas ao indicador no encontrado no relato dos dirigentes foram “O Portal de Egressos que objetiva [...] divulgar conquistas profissionais dos formados, por meio de relatos destes”; “Aplicação de formulário pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA) para acompanhamento da vida profissional” e também, “vem desenvolvendo ações e sistema para construir uma interação mais próxima com os egressos, buscando informações a respeito da situação de empregabilidade e de ascensão sócio econômica”. Nos textos dos dirigentes participantes não foi possível identificar em nenhum dos casos, o cumprimento integral das exigências da avaliação institucional do SINAES, seja com base no antigo ou no novo instrumento. Pela fala dos gestores foi possível inferir que as políticas estão em desenvolvimento e ainda não plenamente implantadas.

No que se refere à utilização que os dirigentes fazem dos resultados do trabalho com egressos, parece ainda não existir a instituição Beta indica a preocupação em saber “se o campo de trabalho corresponde à sua formação profissional, se os conhecimentos adquiridos correspondem à competências e habilidades exigidas no seu setor profissional”, entretanto, não diz o quais são as reflexões e ações propostas pela instituição a partir das respostas, o que também pode-se dizer a respeito da “estimativa do nível de empregabilidade do egresso”. A instituição Alfa apenas apresenta os serviços prestados ao egresso, que na sua maioria já foram citados acima, e acrescenta que os mantem “informados sobre o mercado de trabalho...”, o que será apontado na questão posterior como uma boa estratégia para atualização cadastral dos egressos. Além disso, o dirigente da Universidade Alfa faz apontamentos, em resposta a outro tema questionado e exposto mais adiante, que indicam reflexão a respeito da vida profissional do egresso e utilização disto para o planejamento acadêmico, mas não é possível precisar de que natureza seriam as ações planejadas. A Instituição Gama, diz ainda não possuir dados suficientes para análise.

Diante disto, não foram encontrados dados suficientes para analisar exemplos de ações que utilizassem as informações obtidas a respeito dos egressos no desenvolvimento institucional.

Em seguida, buscou-se identificar as principais limitações impostas à realização do acompanhamento de egressos, bem como as contribuições para a gestão acadêmica, na experiência destes 3 dirigentes. Apenas dois dirigentes pontuaram os limites, o da Universidade Alfa e o da Universidade Beta. E somente a Universidade Alfa apresentou as contribuições à gestão identificadas a partir do trabalho realizado, sendo que sua resposta traz também indicativo de utilização dos resultados do acompanhamento dos seus egressos.

A Universidade Gama argumentou não possuir dados efetivos para responder, visto que “trata-se de um trabalho ainda incipiente com projetos e ações em processo de planejamento...”

Tanto a Universidade Alfa como a Universidade Beta declararam que a principal limitação presente neste trabalho com os egressos é a dificuldade de contato em função da atualização dos dados cadastrais dos diplomados.

No que se refere às contribuições, o dirigente da Universidade Alfa retoma a ideia de oferta de serviços aos egressos, mas também diz que “a Universidade pôde acompanhar a vida profissional do seu formado e estudar oportunidades com os novos alunos”. Com esta fala, entende-se que a gestão utiliza a experiência profissional do egresso para analisar seus processos, só não foi possível identificar como conduzem estas “oportunidades”.

Por fim, a pesquisa questionou a opinião dos dirigentes acerca dos indicadores de qualidade relativos a egressos presentes no instrumento de avaliação institucional externa, buscando identificar a importância dada ao indicador e sua possível influência nos processos das instituições.

**Quadro 14. Opinião dos gestores a respeito dos indicadores relativos a egressos**

Universidades	Aspectos		
	Alfa	Beta	Gama
Orientam a elaboração das políticas e ações institucionais			
Estimulam a análise da responsabilidade social e cidadania			
Estimulam a análise da empregabilidade gerada			
Estimulam a análise do preparo oferecido para o mundo do trabalho			
Relação com entidades de classe e empresas			
Retroalimentação do processo de ensino aprendizagem			
Indicadores são claros, objetivos e coerentes			
Indicadores são pertinentes			

**Fonte/** elaborado a partir dos dados coletados nas entrevistas.

As colocações feitas pelos dirigentes pesquisados indicam compreensão dos critérios muito embora não tenha ficado claro como o trabalho será plenamente desenvolvido. Utilizaram os seguintes adjetivos na qualificação dos indicadores do instrumento de avaliação institucional: importantes, claros, objetivos, coerentes e pertinentes, o que pode ser entendido como valorização deste indicador no processo avaliativo.

Não foram apresentados comentários referentes à sua aplicabilidade, o que pode sugerir que estes dirigentes não consideram que este trabalho seja distante da realidade das IES e de suas prioridades. Ao contrário, eles utilizam a abordagem que fazem dos indicadores para relacioná-los às suas ações estratégicas como: estabelecimento de políticas, planejamento, avaliação, análise sistêmica e global, concepção e elaboração dos projetos pedagógicos, análise do perfil do egresso, reorganização didático pedagógica, análise do nível de empregabilidade.

Sendo assim, distante de uma generalização, mas utilizando estas respostas a título de exemplo, conclui-se que as Universidades pesquisadas estão alinhadas e consideram em suas atividades de avaliação e planejamento a importância do acompanhamento dos egressos no ambiente socioeconômico onde se inserem. Identificou-se também que estão em busca de realizar e aperfeiçoar este trabalho, aproveitando-o de maneira estratégica. Pela proximidade das descrições feitas e dos termos utilizados, acredita-se que as iniciativas das universidades participantes desta pesquisa sofreram influência do instrumento de avaliação institucional, dos seus indicadores e seus critérios, a ponto de serem utilizados na determinação das políticas institucionais apresentadas e definição das respectivas ações. Mesmo quando o trabalho está em fase de planejamento, implantação e possui ações isoladas, houve a preocupação de mencionar os tópicos presentes nos critérios definidos pelo SINAES.

## Considerações Finais

Localizada no contexto histórico político e conceitual de políticas globais para a educação superior, a avaliação institucional das instituições de educação superior brasileira foi abordada por este artigo, a partir da ideia de convergência de políticas entre nações para sustentar a discussão do atual sistema de avaliação e sua prevalência nos últimos dez anos no país.

A partir da apresentação e breve descrição da estrutura e operacionalização do SINAES buscou-se apresentar seus aspectos políticos e conceituais, bem como as mudanças ocorridas desde sua implantação em 2004, encaminhando a discussão para o recorte definido pela pesquisa: o acompanhamento de egressos.

Aprofundando os estudos dos instrumentos de avaliação institucional do SINAES, foram verificadas as mudanças ocorridas no ano de 2014 relativas aos seus indicadores que passaram a ser agrupados em eixos. Estas mudanças que, se analisadas superficialmente e descontextualizadas, poderiam passar por apenas uma reorganização, se mostraram mais profundas. Estudando o histórico dos fatos, é possível inferir que o que parece uma mudança simples, causa grande impacto na avaliação

em função da valorização dos critérios e faz voltar as atenções das instituições para este indicador. Este movimento parece ter ocorrido para induzir o trabalho das IES, visto que, em 2012, em um seminário realizado pelo MEC, foi apresentado um estudo feito pela DAES apontando a necessidade de melhoria deste trabalho nas IES, visto que nos relatórios das CPAs foram identificadas poucas políticas definidas e implantadas. No ano seguinte começam a ser realizadas audiências públicas para a mudança dos instrumentos de avaliação institucional e então, em 2014, foi publicada a nova versão que alterou significativamente o peso dos indicadores que abordam os egressos e duplica o valor atribuído a estes. Além da literatura, também nos documentos legais encontramos o reconhecimento da importância dos egressos para o desenvolvimento institucional.

No que diz respeito às ações empreendidas pelas universidades no sentido de acompanhar seus egressos, verifica-se o que também foi indicado pela teoria, existe uma generalização de portais para cadastramento ou atualização de dados dos egressos para buscar o contato com este público. Outra ação comum foi a de oferta de cursos de educação continuada

Observando as respostas das instituições investigadas, a percepção é de que as ações planejadas não possuem grande elaboração e pouco se diferenciam do contato que é feito com o futuro aluno, no sentido de captação para novos cursos. Talvez esta seja uma característica das universidades privadas em busca do crescimento de seu faturamento. Outra análise possível é de que as instituições implantaram as ações mais práticas e imediatas com o objetivo de atender às exigências do SINAES e seu poder regulatório.

Os critérios propostos pelo SINAES ligam-se diretamente ao processo de acompanhamento da trajetória profissional dos seus egressos, buscando para isto relações com os demais atores da sociedade.

Os dirigentes das universidades participantes das pesquisas demonstraram utilizar os conceitos e critérios implícitos nos indicadores dos instrumentos de avaliação institucional. Embora alguns eventos da área e relatório apresentado pelo DAES/ INEP sugiram que não há clareza de como realizar o trabalho com egressos ou que não há interesse das instituições em atender o indicador, o que se percebe é que o mais provável é que não tenha existido tempo hábil para realizar e colher frutos deste trabalho, visto que as entrevistas foram realizadas um ano após a implantação do novo instrumento de avaliação

Na fala dos dirigentes foi possível também identificar uma importante limitação ligada à atualização do cadastro do aluno que deixa a instituição e que por não fazer parte de cultura brasileira, não informam as possíveis mudanças de endereços e outras formas de contato. Desta forma, o esforço para este trabalho se torna ainda mais dispendioso para as instituições. Os gestores consultados não apresentaram críticas em relação aos indicadores presentes no instrumento de avaliação institucional, ao contrário reforçam a importância do trabalho no sentido de retroalimentar a instituição com informações sobre o mercado de trabalho. Consideraram os indicadores claros e pertinentes, o que denota compreensão dos critérios definidos. Também não foram encontradas nas respostas dos gestores, discussões sobre os critérios, o nível de exigência, sobre a especificidade dos indicadores, conceitos ou pertinência dos mesmos na avaliação externa. No sentido de verificar o que os gestores pensam dos indicadores de egressos, foi verificada a plena concordância com os indicadores, sendo que, pela fala dos dirigentes, o assunto parece estar incorporado, aceito e adequado à rotina das instituições. De qualquer forma, não foram encontrados indicativos na fala dos gestores que demonstrem a influência ou relação do indicador estudado na melhoria da qualidade institucional, mas sim efeitos em suas ações na direção de produzir material adequado para os momentos de avaliação.

Considera-se que o indicador presente no instrumento de avaliação institucional tem efeitos sobre a gestão acadêmica mas necessita de maior exploração dos recursos e resultados alcançados, por ser uma real fonte de aprimoramento institucional.

Considerando a premissa de que a avaliação possui um caráter formativo, os egressos na avaliação institucional representam fonte fundamental para uma reflexão sobre os objetivos propostos e os resultados alcançados pelas IES.

Enfim, trabalhar com o egresso na perspectiva da auto avaliação dá às instituições a oportunidade de utilizar este indicador a seu favor para revisar seus processos acadêmicos e administrativos fazendo da sua auto avaliação um processo formativo e de planejamento estratégico, focado também nos processos e não somente nos resultados. Permite uma análise qualitativa e não somente quantitativa. Dá espaço para a subjetividade do processo formativo e para a especificidade de atuação de cada instituição.

A visão do egresso como produto de um sistema, apesar de estática, pode representar a ideia de retroalimentação que se espera do egresso da educação superior quando este, já um profissional, é capaz de avaliar o impacto, as deficiências de sua formação bem como as fragilidades e forças da instituição onde estudou. Seria a utilização dos resultados do trabalho

acadêmico para alimentar o processo de aprendizagem institucional propiciando a reflexão crítica e possíveis mudanças para atingir os resultados definidos em seu projeto institucional. A política de acompanhamento de egressos, bem como o trabalho desenvolvido a partir de seus resultados é capaz de carregar a visão de mundo e de homem proposta pelas IES, esclarecendo para a sociedade a sua proposta de contribuição para o desenvolvimento pleno do seu entorno.

Por fim, o que se infere a partir da análise realizada é que há um alinhamento entre ações realizadas por universidades e os critérios e descrições definidos para o indicador relativo ao acompanhamento de egressos definido no instrumento de avaliação institucional externa do SINAES. Entretanto, identificou-se a compatibilidade com o instrumento vigente até janeiro de 2014, visto que as ações declaradas relacionam atividades ligadas à educação continuada, avaliação da formação recebida, opinião e índice de ocupação dos egressos, itens que compõem o indicador 9.4, detalhado anteriormente.

Os dados parecem indicar que as universidades ouvidas ainda não incorporaram a nova versão do instrumento de avaliação institucional aos seus PDI's. Um fator importante a ser considerado, reforçando o que já foi dito anteriormente, é que a mudança ainda é recente se tomarmos por base os ciclos trienais, então ainda não teria havido tempo hábil para elaboração dos novos PDIs, das políticas e das respectivas ações para implantação.

Diante destas considerações finais, propõe-se que sejam feitos estudos de monitoramento da implantação das ações de acompanhamento de egressos para ratificar ou não os efeitos dos novos indicadores na definição das políticas de acompanhamento de egressos de universidades, contribuindo para o desenvolvimento das políticas de avaliação institucionais e também nacionais.

## Referências bibliográficas

Afonso, A. J. (2013). Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. *Revista Brasileira de Educação*, 18(53). Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782013000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000200002&lng=pt&nrm=iso).

Ball, S. J. (2001). Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Currículo sem Fronteiras*, 1(2), 99-116.

Balzan, N. C. (2011). A voz do estudante: sua contribuição para a deflagração de um processo de avaliação institucional. In Balzan, N. C. & Dias Sobrinho, J. (Orgs.). *Avaliação Institucional: teoria e experiências* (5<sup>th</sup> ed.). São Paulo: Cortez.

Barreyro, G. B. y Rothen, J. C. (2011). Reformas e avaliação da educação superior no Brasil (1995-2009) In Paula, M. F. C y Lamarra, N. F. (Orgs.). *Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina*. Aparecida: Ideias & Letras.

Bogdan, R. C. e Biklen, S. K. (1991) *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.

Dale, R. (2004). Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? *Educ. Soc.*, 25(87). Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302004000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200007&lng=pt&nrm=iso).

Dias Sobrinho, J. (2002). *Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado*. Florianópolis: Insular.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2010). Instrumento de avaliação institucional externa. *Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Recuperado de [http://download.inep.gov.br/download/superior/institucional/2010/instrumento\\_avaliacao\\_institucional\\_externa\\_recredenciamento.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/institucional/2010/instrumento_avaliacao_institucional_externa_recredenciamento.pdf).

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2013). Nota Técnica n 08 CGACGIES/DAES/ INEP: reformulação dos instrumentos de avaliação institucional externa do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2014). *Instrumento de avaliação institucional externa: subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica (presencial)*. Recuperado de [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_institucional/instrumentos/2014/instrumento\\_institucional.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2014/instrumento_institucional.pdf).

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2014). *Micro dados censo da educação superior*. Brasília. Recuperado de [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2015/notas\\_sobre\\_o\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2014.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf)

Lousada, A. C. Z. & Martins, G. A. (2005). Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de Ciências Contábeis. *Rev. Contab. Financ.*, 16 (37), 73-84. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-70772005000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772005000100006&lng=en&nrm=iso).

Paul, J. (2015). Acompanhamento de Egressos do Ensino Superior: experiência brasileira e internacional. *Caderno CRH*, 28(74), 309-326. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792015000200309&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792015000200309&script=sci_abstract&lng=pt)

Pimenta, F. de C. R. (2013). *Os instrumentos de avaliação do SINAES: gestão e qualidade na perspectiva dos coordenadores de curso*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade da Cidade de São Paulo – UNICID, São Paulo.

Ribeiro, J. L. L. de S. (2015). *SINAES: o que aprendemos acerca do modelo adotado para avaliação do ensino superior no Brasil*. *Avaliação*, 20(1), 143-161. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772015000100143&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772015000100143&lng=en&nrm=iso)>. access on 13 Aug. 2015.

Ristoff, D. (2011). Avaliação institucional: pensando princípios. In N. C. Balzan y J. Dias Sobrinho (Orgs.). *Avaliação Institucional: teoria e experiências*. (5th ed) (pp 37-51). São Paulo: Cortez.

Sousa, S. M. Z. y Bruno, L. (2008). Avaliação da educação superior: finalidades e controvérsias. *Revista Universidade e Sociedade*, 28(42), 195-204.

Weber, S. (2010). Avaliação e regulação da educação superior: conquistas e impasses. *Educ. Soc.*, 31(113). Recuperado de <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302010000400011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400011&lng=en&nrm=iso)>.

## Fontes

*Lei Federal n. 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Recuperado de [http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao\\_institucional-legislacao](http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-legislacao).

*Portaria n.º 4, de 13 de janeiro de 2005, do Ministério da Educação*. Implanta o Instrumento de Avaliação Institucional Externa para fins de credenciamento e recredenciamento de universidades. Recuperado de [http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao\\_institucional-legislacao](http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-legislacao).

*Portaria n.º 2.051, de 9 de julho de 2004, do Ministério da Educação*. *Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior*. Ristoff, D. (2011). Avaliação institucional: pensando princípios. In Balzan, Newton César & Dias Sobrinho, José (Orgs.). *Avaliação Institucional: teoria e experiências* (5th ed) (pp 37-51). São Paulo: Cortez.

**Fecha de recepción:** 11/8/2017

**Fecha de aprobación:** 11/11/2017